



Utilize o QrCode para
acessar nosso portal



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PROCESSO N.º

5030706-18.2020.8.21.0001

75º Relatório Mensal de Atividades

Competência: junho/2023
Apresentado em setembro de 2023





ÍNDICE

1. **INTRODUÇÃO**
 1. Cronograma processual
 2. Acompanhamento processual
2. **RESUMO**
 1. Resultados
 2. Quadro de colaboradores
 3. Fluxo de caixa
 4. Endividamento concursal
 5. Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial
 6. Pendências e esclarecimentos
 7. Acompanhamento do Administrador Judicial
3. **DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS**
 1. Balanço Patrimonial
 2. Demonstrativo de Resultados
 3. Fluxo de Caixa
 4. Análise do desempenho
4. **ENDIVIDAMENTO EXTRACONCURSAL**
 1. Dívida tributária
 2. Bancos credores não sujeitos à RJ
5. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
 1. Proposta de pagamento
 2. Prestação de contas



O pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado em 10.11.2015, tendo seu processamento deferido em 19.11.2015.

Acerca da tramitação processual, importante destacar que o Juízo fixou como marco temporal inicial para cumprimento do Plano e Recuperação Judicial a data de 06.11.2017, dia em que publicadas as decisões que julgaram os recursos interpostos, contra a decisão de concessão da Recuperação Judicial.

O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da empresa CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA.

Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda.

As referidas informações foram extraídas dos autos da recuperação judicial, principalmente, as contábeis e financeiras e, em especial, das visitas técnicas ocorridas nas obras da empresa, bem como de reuniões com os procuradores e representantes da Recuperanda.

A Recuperanda vem cumprindo, com atraso, suas obrigações processuais, como a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF). O prazo para envio das demonstrações contábeis e demais documentos requeridos à CBG é o dia 15 do mês subsequente. Esta

Administração Judicial recebeu os documentos da CBG, referente a junho/2023, com atraso, em 25/07/2023. Quanto aos documentos da BGSE, foram encaminhados em 16/08/2023. Os questionamentos pertinentes a CBG, enviados em 08/08/2023, foram respondidos, com atraso, em 15/08/2023. Os questionamentos da BGSE, enviados em 28/08/2023, foram respondidos em 31/08/2023. Todos os documentos que serviram de base para a elaboração do presente relatório estão disponíveis para consulta no site www.administradorjudicial.adv.br e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.

O RMA (Relatório Mensal de Atividades) reflete a análise técnica contábil, limitada às informações disponibilizadas, não exaustivas, sobre a situação da empresa.

1. ASPECTOS JURÍDICOS – CRONOGRAMA PROCESSUAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Data	Evento	Lei 11.101/05	Data	Evento	Lei 11.101/05
10.11.2015	Ajuizamento do Pedido de Recuperação		29.05.2016	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)	art. 8º
19.11.2015	Deferimento do Pedido de Recuperação.	art. 52, inciso I, II, III, IV e V e § 1º	19.08.2016	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 56, § 1º
25.11.2015	Publicação do deferimento no D.O.		13.10.2016	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após o deferimento da recuperação)	art. 56, § 1º
19.01.2016	Publicação do 1º Edital pelo devedor.	art. 52, § 1º	19.05.2016	Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da recuperação)	art. 6º, § 4º
03.02.2016	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, § 1º	03.03.2017	Homologação do PRJ	
01.03.2016	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da recuperação)	art. 53	06.11.2017	Marco temporal fixado pelo juízo, para fins de cumprimento do plano	
19.05.2016	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único	06.11.2019	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ de 2 anos após a concessão de recuperação judicial)	art. 61
18.06.2016	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único	31.01.2023	Aguarda-se cumprimento das obrigações previstas no plano para encerramento do processo.	
19.05.2016	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, § 2º			

Nota: Quadro elaborado pela Administradora Judicial com base nos processos previstos na Lei 11.101/05 e as datas de suas ocorrências conforme o trâmite processual.

Eventos ocorridos

Data estimada

SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO

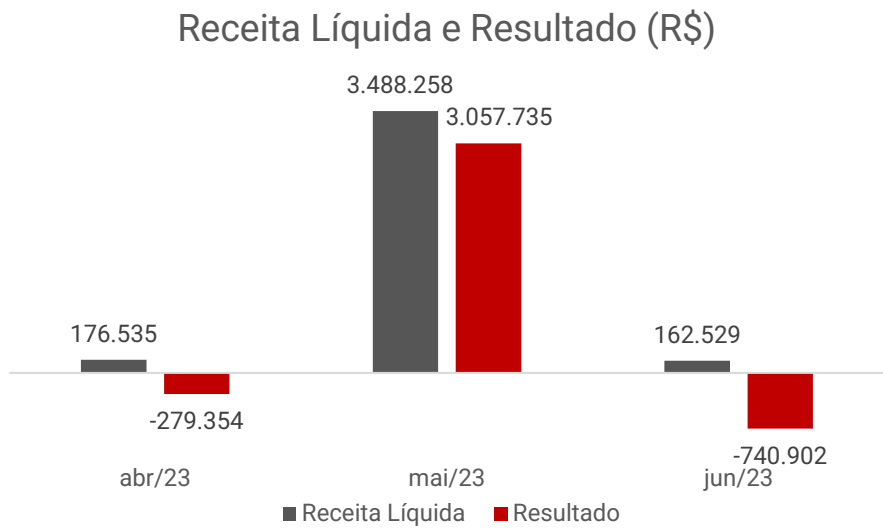
- A decisão do evento 276, proferida em 11.12.2020, concedeu prazo de 15 (quinze) dias à Recuperanda para comprovação do adimplemento integral da classe preferencial líquida inferior a R\$ 70.000,00 e das classes quirografária e ME/EPP referente aos créditos inferiores a R\$ 10.000,00. Recebeu mesmo prazo para apresentar o plano de loteamento do imóvel de matrícula n.º 5.862, a ser destinado aos créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, e indicar a solução a ser dada às rubricas de FGTS devidas à categoria. A decisão também deferiu a alienação das UPIs, adotando a modalidade de leilão, na forma do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. A empresa demonstrou à Administração Judicial a quitação de parte dos créditos determinados, sendo que maiores informações sobre o cumprimento do PRJ poderão ser apreciadas no item "Prestação de Contas" neste relatório.
- Sobre os créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, a Recuperanda se manifestou no evento 299, em 27.01.2021, indicando estar na fase de expedição da licença ambiental. Para tanto, postulou a dispensa da apresentação de determinadas certidões negativas exigidas pelo Registro de Imóveis para individualização dos lotes, o que foi deferido pelo Juízo o evento 306. A mesma situação apresentou quanto ao loteamento do imóvel de matrícula n.º 2.216, destinado ao pagamento dos credores com garantia real e credores aderentes. Recentemente, no evento 340, informou que o processo de individualização das matrículas está em andamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Portão/RS.
- Na decisão do evento 306, além de deferir a dispensa de apresentação das certidões negativas, o Juízo nomeou o Leiloeiro José Santayana para promover a alienação das UPIs, conforme PRJ. O profissional apresentou o edital de leilão no evento 345, estando no aguardo da homologação das datas pelo Juízo e posterior publicação no Diário de Justiça Eletrônico.
- Acerca dos débitos de FGTS, a Recuperanda se manifestou recentemente no evento 327, indicando ter solicitado adesão ao Programa de Parcelamento MP 899/2019 e Portaria 11.956/2019, estando finalmente habilitada a proceder com o parcelamento das verbas. Informa estar diligenciando junto à PGFN/CEF para efetivação das parcelas.
- Já no evento 326, a empresa reiterou pedido de baixa de constrições judiciais, bloqueios da Fazenda Nacional e alienação de veículos. Sobre as constrições judiciais e bloqueios da Fazenda Nacional, a Administração Judicial apresentou manifestação no evento 342, não se opondo ao pedido. Já sobre o pedido de alienação de bens, postulou maiores esclarecimentos da Recuperanda sobre quais são os bens pretendidos e sua situação atual. A empresa apresentou documentação pertinente ao patrimônio a ser alienado diretamente à Administração Judicial, que se manifestou favoravelmente ao pedido. Não houve deliberação sobre o ponto, nem reiteração do pedido pela Recuperanda.
- Foram realizadas as três chamadas de leilão das UPIs, conforme previsto no PRJ, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. A Administração Judicial se manifestou pela homologação da arrematação da UPI "B" e pela não homologação da proposta de arrematação pela UPI "D". O Juízo acatou a manifestação da Administração Judicial, de modo que, em 29.11.2021, no evento 583, homologou a arrematação da UPI "B" e não homologou a proposta de arrematação da UPI "D". Certificada a ausência de impugnações, o Leiloeiro indicou novas datas para leilão, já acolhidas pelo Juízo: 27.07.2022, 10.08.2022 e 24.08.2022. A UPI remanescente foi alienada na segunda chamada do leilão, em 10.08.2022.
- Na manifestação do evento 836, a Administração Judicial postulou a intimação da Recuperanda, para falar, dentre outros pontos, sobre a regularização dos créditos fiscais estaduais, o parcelamento solicitado junto à CEF quanto às rubricas de FGTS e sobre o andamento das ações objeto do PRJ. A empresa foi intimada e respondeu parcialmente no evento 897, informando que está em contato com a PGE/RS para parcelamento dos débitos fiscais e que está em andamento a solicitação e parcelamento do FGTS junto à PGFN. O andamento das ações objeto do PRJ não foi respondido pela Recuperanda.
- No evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias teve início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS, e no evento 1209 a Recuperanda apresentou o relatório de conclusão do loteamento. No evento 1249 credores trabalhistas apresentaram impugnação à conclusão, acostando laudo e documentos que demonstram estar inacabado o empreendimento. Tais documentos levaram à decisão liminar no agravo de instrumento nº 5222410-07.2022.8.21.7000, desobrigando os credores a receberem os lotes como dação em pagamento.
- No momento, aguarda-se definição quanto ao agravo de instrumento nº 5222410-07.2022.8.21.7000, que trata sobre o loteamento aos credores trabalhistas. O recurso de nº 5070855-06.2023.8.21.7000, referente à cessão de créditos aos credores quirografários, foi desprovido, mantendo a validade dos termos do PRJ e da quitação dada ao credor.

➤ RECURSOS CONTRA DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO PRJ

- Houve o trânsito em julgado do acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento de nº 70080729114, promovido pela Plata Securitizadora S/A, em que apresentada irresignação contra a decisão que homologou o plano apresentado e concedeu a Recuperação Judicial.
- Os recursos movidos pelo Banco do Brasil S/A em face da homologação do plano de recuperação judicial aprovado tiveram o seguinte deslinde: agravo de instrumento de nº 70073250235 não provido; recurso especial nº 70076374115 não admitido; agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS não conhecido; e agravo interno no agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS desprovido.
- O agravo de instrumento de nº 70073235962, interposto por Banco Caterpillar S/A, igualmente contra a homologação do plano de recuperação, foi improvido ainda em 2018 com trânsito em julgado no mesmo ano.
- Não diferem os resultados obtidos pelo Banco Bradesco S/A nos recursos aviados contra a homologação do plano: agravo de instrumento de nº 70073470510 negado provimento; embargos de declaração não acolhidos, recurso especial não admitido, e agravo em recurso especial de nº 70077898096 não conhecido pela intempestividade, já com trânsito em julgado.

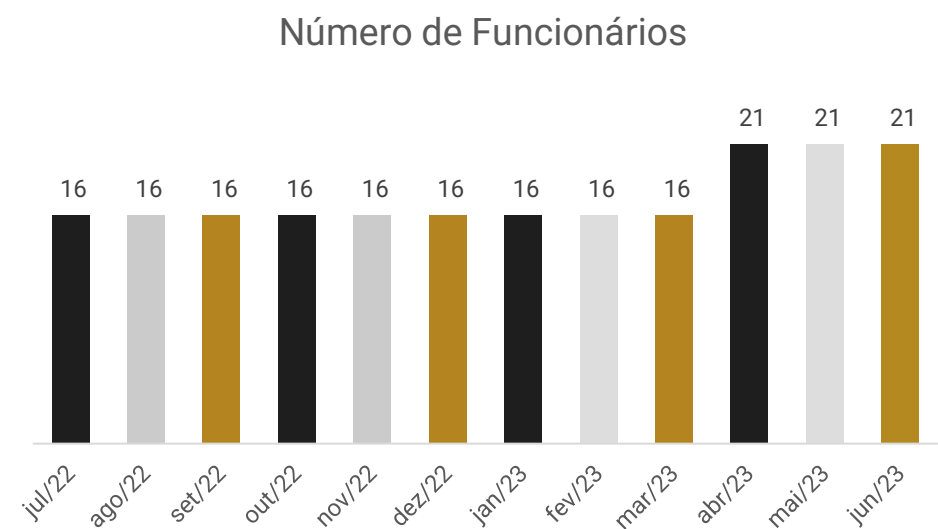


RESULTADOS



Em junho, a receita líquida totalizou R\$ 162,5 mil, ou seja, um decréscimo de R\$ 3,3 milhões em comparação ao período anterior. Destaca-se que houve retificação nas receitas de maio, reconhecendo como venda de serviços a prazo a atualização monetária até agosto de 2022 pelo IPCA e juros de 0,5 % a.a., no total de R\$ 3,5 milhões, do valor a receber da Prefeitura de Cachoeirinha. Ainda, conforme explicado pela empresa, cessaram as receitas com aluguel de máquina a Planaterra, devido ao vencimento da licença ambiental. O faturamento não foi suficiente para suprir os custos e despesas da operação, assim o prejuízo do mês foi de R\$ 740.901,88. O ano de 2023, acumula resultados positivos de R\$ 1.503.325,80. Ainda, há um pedido de correção monetária dos reajustes que foram pagos com atraso, no valor aproximado de R\$ 1 milhão, pertinente à AGESUL. Conforme relatado pela Recuperanda, o assunto estaria tramitando no jurídico da AGESUL, pois se posicionaram contra ao pagamento da correção, previsto em contrato. No mês de dezembro/2022, a CBG apresentou nova cobrança com atualização de valores, esclarecendo o pedido com base no contrato assinado. A cobrança ainda não foi judicializada.

QUADRO DE COLABORADORES

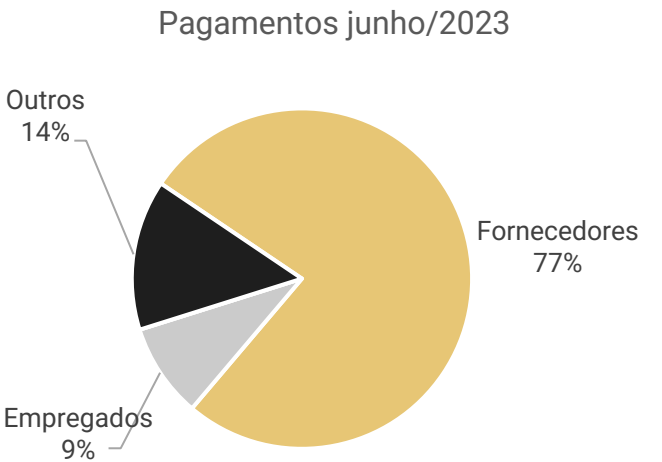


Em junho/2023, não houve admissões ou demissões, finalizando o período com 21 colaboradores, sendo 01 ativo e 20 afastados. O funcionário ativo desempenha a função de servente de obras. Salienta-se que os encargos sociais da folha de pagamento estão inadimplentes.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a Construtora tem se mantido com aportes do sócio e das empresas ligadas, recebimentos de saldo de obras já finalizadas e venda de pedra britada. Os pagamentos são direcionados, majoritariamente, ao pagamento de fornecedores e empregados.

FLUXO DE CAIXA	VALORES EM R\$
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	-384.722,72
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	-
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	385.160,80
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	438,08
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	771,65
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.209,73





ENDIVIDAMENTO CONCURSAL

O endividamento concursal apresentado pela recuperanda é de **R\$ 185.402.673,85.**

Natureza	Quantidade de credores	% quantidade de credores	Valor total	% Valor total
ART. 83, VIII	1	0,10%	1.273.874,06	0,69%
Trabalhista	455	46,33%	18.767.983,20	10,12%
Garantia Real	4	0,41%	9.118.235,98	4,92%
Quirografário	381	38,80%	148.716.705,39	80,21%
Microempresa	141	14,36%	7.525.875,22	4,06%
Total	982	100%	185.402.673,85	100%

Principais credores:

CLASSE	CREDOR	VALOR
CLASSE III	BANCO BANRISUL S/A	42.262.034,67
CLASSE III	BANCO DO BRASIL S/A	23.794.225,18
CLASSE III	FUNDO DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA	20.452.074,97

PENDÊNCIAS E ESCLARECIMENTOS

A Recuperanda explicou que o parcelamento de IPTU permanece ativo. De acordo com a empresa, o estoque não estava sendo ajustado mensalmente na contabilidade devido à baixa movimentação, e que a partir de então, o ajuste passaria a ocorrer. Contudo, até o momento, o inventário não foi enviado para a Administração Judicial.

CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme determinação judicial, em 17.04.2018, foi estabelecido o marco inicial para cumprimento do plano de recuperação judicial, qual seja, 06.11.2017.

Classe I – Ainda seguem pendentes de quitação de R\$ 1.809.591,58 relativo aos credores até R\$ 70 mil e o montante de R\$ 7.434.151,26 relativo aos credores acima de R\$ 70 mil.

➤ **Classe II** – Não houve, até o momento de confecção deste relatório, a comprovação da dação das respectivas garantias aos credores com Garantia Real. A CBG está tomando providências no processo para entrega das garantias aos credores.

➤ **Classe III** – 109 credores, com créditos até R\$ 10 mil, tiveram seu valor principal quitado. Destacamos que há em atraso o valor de R\$ 156.702,72 correspondente a 68 parcelas + correção monetária. Em relação aos valores acima de R\$ 10 mil, todos os credores foram notificados sobre as cessões de crédito, com exceção do Banrisul, enquadrado como Credor Financeiro Parceiro, cujo pagamento de 68 parcelas está em atraso.

➤ **Classe IV** – 53 credores, até R\$ 10 mil, tiveram seu valor principal quitado, restando o pagamento da correção monetária, e 15 credores estão com 68 parcelas em atraso, totalizando R\$ 91.482,67. Os valores superiores a R\$ 10 mil foram notificados da cessão de crédito.

Em decisão prolatada no evento 276 dos autos, foi concedido à Recuperanda o prazo de 15 dias para comprovar à Administradora Judicial a quitação da classe preferencial líquida até R\$ 70 mil e das classes quirografária e ME/EPP até R\$ 10 mil. No prazo, também foi determinada a apresentação dos planos de loteamento do imóvel aos credores preferenciais acima de R\$ 70.000,00 e a solução a ser dada ao FGTS. O prazo foi encerrado em 12.02.2021, tendo a empresa apresentado a quitação de parte dos créditos determinados e prestado esclarecimentos sobre os demais tópicos.

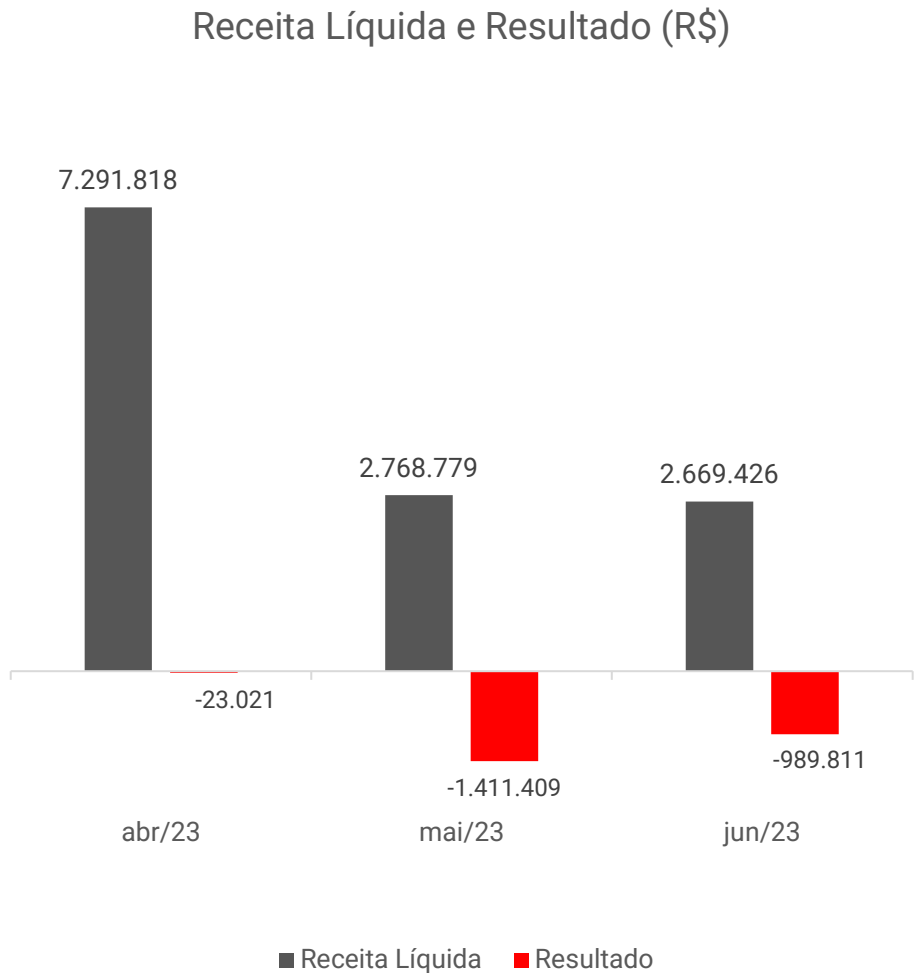
- Atualmente, para prosseguimento do cumprimento integral do PRJ aprovado e homologado, aguarda-se a alienação das UPIs nos autos da recuperação judicial. Foram realizadas as três chamadas de leilão, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. Seguindo o posicionamento da Administração Judicial, o Juízo homologou a arrematação da UPI B e deixou de homologar a proposta de compra da UPI D. A UPI C foi alienada em 10.08.2022.
- Em recente manifestação, a empresa informou estar em andamento no Registro de Imóveis de Portão/RS a individualização das matrículas do loteamento do imóvel destinado aos credores trabalhistas de R\$ 70.000,00. Ainda, esclareceu ter aderido ao parcelamento dos débitos de FGTS junto à CEF/PGFN, estando no aguardo dos trâmites internos do órgão.
- Recentemente, no evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00.
- Por fim, necessário que seja aguardado também o deslinde dos processos judiciais cujos direitos creditórios foram cedidos em pagamento aos credores quirografários e de ME/EPP.

2. RESUMO - BGSE CONSTRUÇÕES LTDA



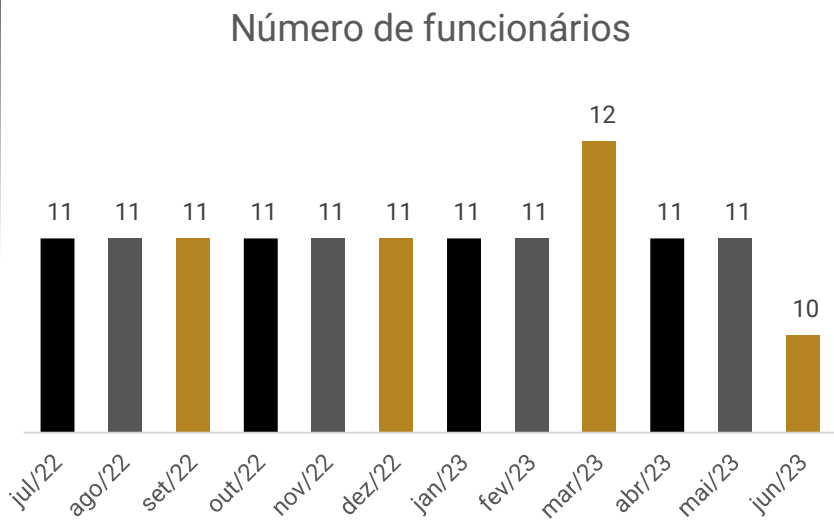
A BGSE Construções é uma subsidiária da empresa Construtora Brasília Guaíba, com CNPJ nº 35.185.193/0001-87, ativo desde 15/10/2019. Conforme informações prestadas pela CBG, o faturamento da Companhia, está sendo direcionado para a BGSE. Além disso, foi noticiado que em janeiro/2022 houve transferência dos funcionários da CBG para a BGSE.

RESULTADOS



A receita líquida exibiu decréscimo de 4%, devido ao menor volume de medições de obras com o DAER. Além disso, os expressivos custos e despesas operacionais do período e impostos calculados sobre o lucro trimestral, geraram prejuízo de R\$ 989.810,78, em junho/2023. O ano de 2023 acumula resultados positivos de R\$ 2.628.718,31.

QUADRO DE COLABORADORES

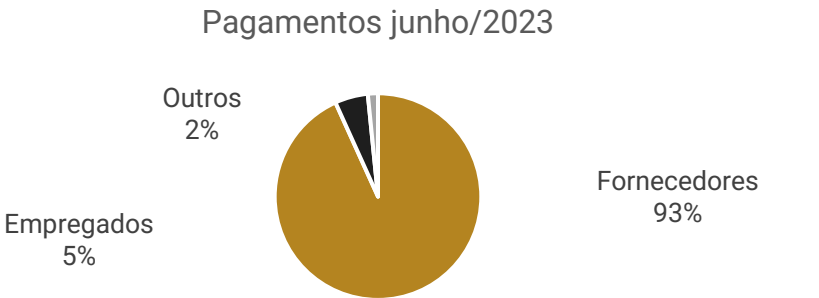


Em junho/2023, houve 01 demissão, finalizando o período com 10 funcionários. Conforme relatado, todos os colaboradores são contratados pelo regime CLT e estão ativos. Os mesmos estão divididos em 05 assistentes de cargos administrativos, 01 motorista, 01 auxiliar de limpeza, 01 encarregado contas a pagar, 01 coordenador administrativo e 01 encarregado de manutenção mecânica. A empresa informou que os salários e FGTS estão em dia. A BGSE, até junho, possuía 03 subempreiteiros, sendo eles Avensi, Della Pasqua e Carlos Eduardo.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a BGSE tem mantido uma linha regular de faturamento, o que tem sustentado a operação da empresa. Além do cumprimento das suas obrigações mensais, especialmente com fornecedores e empregados, a empresa direciona aportes de valores, em sua maior parte, para a CBG.

jun/23	VALORES EM R\$
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais	597.442,37
(=) Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	3.456,17
(=) Caixa Liquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	-810.179,23
AUMENTO/(REDUÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-209.280,69
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	2.000.858,98
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.791.578,29



ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Em 23/06/2023, reuniram-se de forma virtual os representantes da Administração Judicial e da Recuperanda para atualizar as informações operacionais e financeiras da Construtora Brasília Guaíba.

Inicialmente, a Administração Judicial questionou como estariam as atividades e a CBG informou que a operação está lenta. Estão recebendo medições retroativas do DAER, com as obras de Ivorá e Tupanciretã, sem perspectivas de novas obras. As principais dificuldades encontradas são problemas com credores, principalmente, bancos. Na data da reunião, o engenheiro foi na prefeitura pra receber a licença de operação do empreendimento de portão, que terá como finalidade a quitação dos credores trabalhistas. A Recuperanda está gerando caixa com operação da BGSE, devido a falta de certidões na CBG, para participar de licitações. A empresa informou que estão atentos a todas as obras propostas. Contudo, em licitações, os concorrentes estão entrando com preços abaixo do custo.

Referente à inadimplência de clientes, a Recuperanda explicou que quantia de R\$ 8 milhões da Prefeitura de Cachoeirinha, está em cobrança com os advogados. Há uma situação política de obras que foram feitas no governo anterior, o qual o prefeito foi afastado. Nessa situação a CBG ganhou um leilão, em troca da dívida e a prefeitura anulou. Estão aguardando recebimento em espécie, sem data prevista. Quanto ao valor do DNIT, o serviço foi realizado e medido, e estão aguardando possível compensação de ação que entraram referente a uma obra na 116 em Camaquã, contra a CBG. Ou seja, de maneira geral, todos estão tramitando pelo jurídico

Atualmente a empresa trabalha com máquinas e caminhões locados. Conforme destacado, não há inadimplência extraconcursal com fornecedores. Os salários correntes estão sendo pagos e o parcelamento realizado anteriormente estão em andamento. Quanto ao passivo tributário, estão no aguardo do pronunciamento da Caixa Econômica Federal, sobre ao parcelamento do FGTS. Os demais tributos da CBG estão em atraso. A BGSE está regular, com atrasos eventuais, onde logo ocorre o parcelamento.

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Empreendimento destinado para pagamento dos credores trabalhistas:

Conforme prevê o Plano de Recuperação Judicial, os credores trabalhistas, cuja totalidade do crédito seja superior a R\$ 70.000,00, receberão a integralidade e totalidade de seus créditos através da dação em pagamento de tantos lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação, resultado do fracionamento da matrícula 5.862 do Registro de Imóveis de Portão. No dia 20/06/2023 a Administração Judicial realizou visita técnica até o local do empreendimento. De acordo com informações prestadas pelo engenheiro que acompanhou a visita, ainda estão pendentes de finalização (i) a instalação do hidrômetro de água, o qual já foi solicitado junto à Corsan; e (ii) posição da Prefeitura quanto à plantação do restante das mudas e árvores. A equipe está finalizando a parte da limpeza da área, a qual o engenheiro estima terminar ainda no mês de junho/2023. Ademais, no dia 16/06/2023, foi assinado o termo de entrega do Loteamento, pela Prefeitura Municipal de Portão- RS, documento que segue anexo a esse relatório.

Seguem imagens capturadas pela Administração Judicial em visita técnica do dia 20/06/2023:



2. RESUMO– CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA



IMAGENS ENVIADAS PELA RECUPERANDA DO ESTOQUE DE PEDRA BRITADA:



Encaminhada em 05/06/2023



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 27/02/2023

2. RESUMO – CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA



OBRAS EM ANDAMENTO – IMAGENS ENVIADAS PELA RECUPERANDA EM 21/06/2023

❖ Ivorá – ERS348:



❖ Tupanciretã – ERS392:



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL CBG



BALANÇO PATRIMONIAL		abr/23	mai/23	jun/23
ATIVO	CIRCULANTE	34.706.644	25.618.906	25.620.616
	Caixas e bancos	1.614	772	1.048
	Aplicações financeiras	89	-	162
	Contas a receber	18.701.422	18.550.063	18.550.063
	Serviços a faturar	11.865.891	3.847.668	3.847.668
	Estoques	36.286	36.286	36.286
	Adiantamentos a terceiros	3.153.879	3.171.864	3.185.389
	Demais contas e valores a receber	947.463	12.253	-
	NÃO CIRCULANTE	27.522.880	24.387.416	24.428.640
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
PASSIVO	Partes relacionadas	2.811.909	3.805.818	3.847.042
	Investimentos	19.142.899	15.010.000	15.010.000
	Imobilizado	3.087.759	3.091.286	3.091.286
	TOTAL DO ATIVO	62.229.523	50.006.322	50.049.256
	BALANÇO PATRIMONIAL	abr/23	mai/23	jun/23
	CIRCULANTE	27.340.407	27.268.885	27.380.943
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.150.665	5.114.053	5.083.564
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.339.722	6.329.234	6.402.804
	Provisões trabalhistas	21.693	9.372	9.991
	Obrigações fiscais	3.049.834	3.177.535	3.206.974
	Demais contas a pagar	5.535.958	5.507.066	5.501.098
	Parcelamentos	3.931.645	3.820.736	3.865.621
	NÃO CIRCULANTE	35.235.312	20.806.713	21.478.490
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
	Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040
	Obrigações fiscais	3.269.141	3.269.141	3.269.141
	Obrigações sociais e trabalhistas LP	561.367	600.013	600.013
	Parcelamentos impostos	8.584.430	8.469.318	8.755.935
	Partes relacionadas	20.133.333	5.781.200	6.166.361
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-346.196	1.930.724	1.189.822
	Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350
	Prejuízos acumulados	-44.362.038	-45.142.853	-45.142.853
	Resultado do exercício em curso	-813.507	2.244.228	1.503.326
	TOTAL DO PASSIVO	62.229.523	50.006.322	50.049.256

Disponibilidades: o período exibiu acréscimo de R\$ 438,08, motivado, em sua maioria, pelo aumento dos saldos em espécie. Os extratos enviados, conferem com o saldo contábil. No entanto, não foi disponibilizado o extrato com o Banco Sicredi. De acordo com a CBG, a conta do Sicredi foi desativada e vão entrar em contato com o banco em Porto Alegre, para ver o que conseguem recuperar do saldo. Conforme relatório razão, as principais movimentações foram com recebimentos de mútuo da BGSE e pagamento a fornecedores, subempreiteiros e credores da Recuperação Judicial.

Contas a receber: os principais saldos a receber são de Secretaria do Tesouro Nacional (R\$ 17,7 milhões) que se trata de obra de porto no Pará, que foi desapropriado pela União a 32 anos; Corsan (R\$ 431,6 mil) referente a serviços prestados e que não foram recebidos; e Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (R\$ 340,1 mil) decorrente de serviço realizado cujo reajuste, conforme contrato, não foi obedecido. Ambas as situações, estão em cobrança via judicial. O relatório de controle interno do contas a receber, não foi enviado.

Serviços a faturar: compreende valor a faturar para o DNIT (R\$ 3,8 milhões). Anteriormente, contemplava saldo da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (R\$ 7,9 milhões). Contudo, os demonstrativos de maio foram retificados e o valor transferido como abatimento do valor a pagar de mutuo para a BGSE. Quando questionada, a Recuperanda se limitou a informar que o saldo foi utilizado para amortizar a dívida. No entanto, não há confirmação de entrada dos valores.

Adiantamentos a Terceiros: compreende saldo de adiantamentos a fornecedores. O aumento de R\$ 13,5 mil, se deu pelas novas antecipações realizados, em sua maior parte, para Celso Fabricio (R\$ 8,5 mil), Marli Leal (R\$ 5 mil) e N. M. da Costa Lopes (R\$ 5 mil). A CBG não possui relatório de controle dos adiantamentos, impossibilitando atestar o saldo nas demonstrações. A respeito da data estimada para a regularizar o saldo de R\$ 3 milhões, bem como o motivo para ainda não ter sido baixado, a Recuperanda afirmou que continua exigindo aos fornecedores a nota fiscal para baixa, inclusive na via judicial, como no caso da empresa Preconcretos. Ainda, destacou que há divergências a serem acertadas, sem data estimada para finalizar.

Demais conta a receber: englobava, unicamente, devedores diversos (R\$ 12,2 mil) que se tratavam da folha de trabalhadores autônomos e honorários, pagos de maneira antecipada e baixados no período por emissão do recibo. Ainda, no mês anterior exibiu decréscimo expressivo, devido ao zeramento do saldo dos impostos a recuperar que era de R\$ 944,8 mil. Conforme explicado pela CBG, estavam prescritos por se tratar de saldo de 2017.

Partes Relacionadas: contempla saldos a receber de BGPAR (R\$ 1,9 milhão), CBG Ativos (R\$ 936,5 mil) e BGSE Construções (R\$ 966,1 mil). Os valores concedidos para a CBG Ativos, resultou no acréscimo de 1% de junho.

Imobilizado: de acordo com a empresa, o inventário do imobilizado não foi concluído e a previsão para finalização era até o final de 2022. No entanto, o mesmo não foi encaminhado até a finalização deste relatório. Adicionou, ainda, que os bens, em sua maioria, estão localizados na Pedreira de Camaquã e na Central de Equipamentos em Portão.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL CBG



BALANÇO PATRIMONIAL		abr/23	mai/23	jun/23
ATIVO	CIRCULANTE	34.706.644	25.618.906	25.620.616
	Caixas e bancos	1.614	772	1.048
	Aplicações financeiras	89	-	162
	Contas a receber	18.701.422	18.550.063	18.550.063
	Serviços a faturar	11.865.891	3.847.668	3.847.668
	Estoques	36.286	36.286	36.286
	Adiantamentos a terceiros	3.153.879	3.171.864	3.185.389
	Demais contas e valores a receber	947.463	12.253	-
	NÃO CIRCULANTE	27.522.880	24.387.416	24.428.640
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
PASSIVO	Partes relacionadas	2.811.909	3.805.818	3.847.042
	Investimentos	19.142.899	15.010.000	15.010.000
	Imobilizado	3.087.759	3.091.286	3.091.286
	TOTAL DO ATIVO	62.229.523	50.006.322	50.049.256
	BALANÇO PATRIMONIAL	abr/23	mai/23	jun/23
	CIRCULANTE	27.340.407	27.268.885	27.380.943
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.150.665	5.114.053	5.083.564
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.339.722	6.329.234	6.402.804
	Provisões trabalhistas	21.693	9.372	9.991
	Obrigações fiscais	3.049.834	3.177.535	3.206.974
	Demais contas a pagar	5.535.958	5.507.066	5.501.098
	Parcelamentos	3.931.645	3.820.736	3.865.621
	NÃO CIRCULANTE	35.235.312	20.806.713	21.478.490
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
	Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040
	Obrigações fiscais	3.269.141	3.269.141	3.269.141
	Obrigações sociais e trabalhistas LP	561.367	600.013	600.013
	Parcelamentos impostos	8.584.430	8.469.318	8.755.935
	Partes relacionadas	20.133.333	5.781.200	6.166.361
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-346.196	1.930.724	1.189.822
	Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350
	Prejuízos acumulados	-44.362.038	-45.142.853	-45.142.853
	Resultado do exercício em curso	-813.507	2.244.228	1.503.326
	TOTAL DO PASSIVO	62.229.523	50.006.322	50.049.256

Fornecedores: engloba fornecedores (R\$ 3,2 milhões), retenções contratuais (R\$ 1 milhão) e subempreiteiros (R\$ 769,3 mil). O decréscimo de 1%, foi resultante do maior volume de pagamentos a fornecedores no mês. Em meio aos principais pagamentos realizados, destacam-se Medeiros & Medeiros (R\$ 23,4 mil), Fernando Guarany (R\$ 16 mil) e Eletrotubos (R\$ 12,9 mil).

Obrigações Sociais e Trabalhistas: compreende, em sua maior parte, saldos de INSS (R\$ 4,7 milhões), FGTS (R\$ 993,8 mil) e salários (R\$ 231,9 mil). O acréscimo de 1%, se deu, em sua maioria, pela inadimplência do INSS e FGTS. Quando questionada sobre a que se refere os saldos em balancete de salários e rescisões, a empresa esclareceu que são pendências de funcionários que entraram com ações trabalhistas e seus processos ainda não foram concluídos.

Obrigações Fiscais: o aumento de 1%, se deu, especialmente, pela inadimplência tributária. Os principais saldos são de COFINS (R\$ 1,1 milhão), retenção de impostos (R\$ 709,3 mil) e obrigações fiscais sobre faturamento diferido (R\$ 532,8 mil). Os pagamentos do mês foram de ICMS (R\$ 4,4 mil) e impostos retidos (R\$ 6,4 mil).

Demais contas a pagar: a rubrica expôs decréscimo de R\$ 5,9 mil, em sua maior parte, pelos pagamentos CEEE (R\$ 9,6 mil); parcela 10/10 do processo trabalhista de Rosane Teresinha (R\$ 7 mil); e Antônio Vladimir (R\$ 5,6 mil) pertinente a parcela 04/06 de acordo trabalhista. O pagamento identificado na rubrica de CEEE, trata-se da amortização de parcelamento.

Parcelamentos: contemplam os parcelamentos simplificados, PERT e IPTU do município de Portão/RS, que foi negociado em agosto/2020 e refere-se aos lotes que serão disponibilizados para pagamento da Classe Trabalhista acima de R\$ 70 mil, conforme plano de recuperação judicial. Apesar das ressalvas dessa Administração Judicial, a Recuperanda manteve a contabilização do saldo de R\$ 8,5 milhões (rubrica Parcelamento de Impostos) no longo prazo, pois, segundo a empresa, será efetuado novos parcelamentos junto a Receita Federal e PGFN, e o saldo será ajustado para a nova composição dos valores. O acréscimo de 1% no curto prazo, foi decorrente, em sua maioria, apropriações de juros e multas sobre parcelamentos da PGFN. Conforme documento enviado, em junho houve o parcelamento do saldo devedor com juros de R\$ 340.650,68 em 120 prestações. O valor da entrada de R\$ 3.755,80 foi pago em 30/06/2023. O longo prazo exibiu aumento de 3%, decorrente da transferência que ocorreu no passivo circulante para o passivo não circulante, referente ao montante parcelado que será pago a partir de 2025.

Partes Relacionadas: compreende saldos de Brasília Guaíba Investimentos (R\$ 3,4 milhões), André Loiferman (R\$ 1,2 milhões), BGSE Construções (R\$ 806,8 mil) e ALOI Participações (R\$ 617,3 mil). O acréscimo de 7% foi decorrente, em sua maior parte, dos aportes recebidos da BGSE (R\$ 851,9 mil). Além disso, houve pagamentos de mútuo para a BGSE de R\$ 45,1 mil e Brasília Guaíba Invest. de R\$ 421,6 mil.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DRE CBG



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	abr/23	mai/23	jun/23	2023
Faturamento	186.643	3.623.425	175.236	4.471.606
Deduções sobre vendas	-10.108	-135.167	-12.707	-187.321
RECEITA LÍQUIDA	176.535	3.488.258	162.529	4.284.285
CUSTOS	-181.260	-227.941	-288.721	-1.081.838
CUSTOS DIRETOS	-141.308	-160.265	-127.247	-654.616
Materiais diretos	-55.155	-49.764	-50.667	-228.928
Mão de obra direta	-28.847	-13.679	-28.198	-135.771
Serviços empreitados	-35.892	-75.459	-14.160	-176.407
Equipamentos de produção	-21.414	-21.364	-34.222	-113.510
CUSTOS INDIRETOS	-39.951	-67.676	-161.474	-427.222
Material indireto	-6.413	-4.893	-117.927	-182.720
Mão de obra indireta	-1.080	-594	-	-1.674
Outros custos indiretos	-32.458	-62.190	-43.547	-242.828
LUCRO BRUTO	-4.724	3.260.317	-126.192	3.202.447
DESPEASAS	-274.630	-202.581	-614.710	-1.699.121
DESPEASAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-202.758	-168.087	-499.706	-1.267.636
Despesas com pessoal	-8.846	-13.132	-11.754	-54.762
Ocupação, comunicação e energia	-2.370	-2.167	-2.009	-15.161
Serviços de terceiros	-178.710	-126.389	-120.963	-650.655
Despesas c/ veículos adm.	-26.432	-5.740	-836	-43.136
Viagens e representações	-	-	-	-3.651
Outras despesas	36.232	-11.124	-35.202	-132.484
Despesas não dedutíveis	-22.631	-9.534	-328.941	-367.788
EVENTOS FINANCEIROS	-69.801	-38.700	-107.888	-425.317
Despesas financeiras	-69.808	-38.700	-385.383	-702.826
Receitas financeiras	7	-	277.494	277.508
DESPEASAS TRIBUTÁRIAS	-2.385	-3.463	-7.340	-28.218
OUTRAS DESPEASAS/RECEITAS OP.	314	7.669	225	22.050
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	314	7.669	225	22.050
RESULTADO	-279.354	3.057.735	-740.902	1.503.326

Faturamento: compreende, unicamente, venda de pedra britada (R\$ 175,2 mil). O período exibiu decréscimo de R\$ 3,4 milhões em comparação ao período anterior. Destaca-se que houve retificação nas receitas de maio, reconhecendo como venda de serviços a prazo a atualização monetária até agosto de 2022 pelo IPCA e juros de 0,5 % a.a., no total de R\$ 3,5 milhões, do valor a faturar para a Prefeitura de Cachoeirinha. Ainda, conforme explicado pela empresa, cessaram as receitas com aluguel de máquina à Planaterra, devido ao vencimento da licença ambiental.

Deduções sobre vendas: engloba, unicamente, impostos sobre vendas (R\$ 12,7 mil).

Custos: compreende, em sua maior parte, material indireto (R\$ 117,9 mil), outros custos indiretos (R\$ 43,5 mil) e materiais diretos (R\$ 50,6 mil). Os custos exibiram acréscimo de 27%, que foi em desencontro a variação da receita, em sua maior parte, pelos materiais indiretos de produção. Quando questionada pelas variações desproporcionais, a empresa explicou que não tem correlação de faturamento e custo, pois a maior parte dos custos lançados referem-se ao Loteamento Rincão do Cascalho.

Despesas Gerais Administrativas: a rubrica expôs acréscimo expressivo de 197%, principalmente, pelos desembolsos com despesas não dedutíveis, em sua maior parte, pelas multas sobre parcelamentos realizados no mês. As principais despesas do mês foram as despesas não dedutíveis (R\$ 328,9 mil), serviços de terceiros (R\$ 120,9 mil); e outras despesas (R\$ 35,2 mil) que foi, especialmente, pelo desembolso com serviços da Administração Judicial Medeiros & Medeiros (R\$ 25 mil). Dentre os principais serviços prestados por terceiros, destacam-se Fernando Guarany e Mousinho Peritos Contábeis (R\$ 17,1 mil) referente a serviços de consultoria contábil; Flavio Luz Advogados (R\$ 21,3 mil); e João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados (R\$ 10,6 mil).

Resultado Financeiro: o resultado financeiro foi negativo de R\$ 107.888,49, especialmente, pelos encargos sobre tributos (R\$ 103,5 mil); multas (R\$ 101 mil) e juro sobre parcelamento (R\$ 93,8 mil). As receitas foram, em sua maioria, pela recuperação de encargos sobre parcelamentos (R\$ 277,4 mil), decorrentes de ajustes contábeis.

Despesas tributárias: contempla taxas, especialmente, com a União (R\$ 3,7 mil); Detran (R\$ 1,7 mil) pertinente a taxa de remoção de veículo apreendido; e multa do Ministério Público do Trabalho (R\$ 1 mil).

Resultado: o faturamento não foi suficiente para suprir os custos e despesas da operação, assim o prejuízo do mês foi de R\$ 740.901,88. O ano de 2023, acumula resultados positivos de R\$ 1.503.325,80.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DFC CBG



FLUXO DE CAIXA GERENCIAL (R\$)

abr/23 mai/23 jun/23

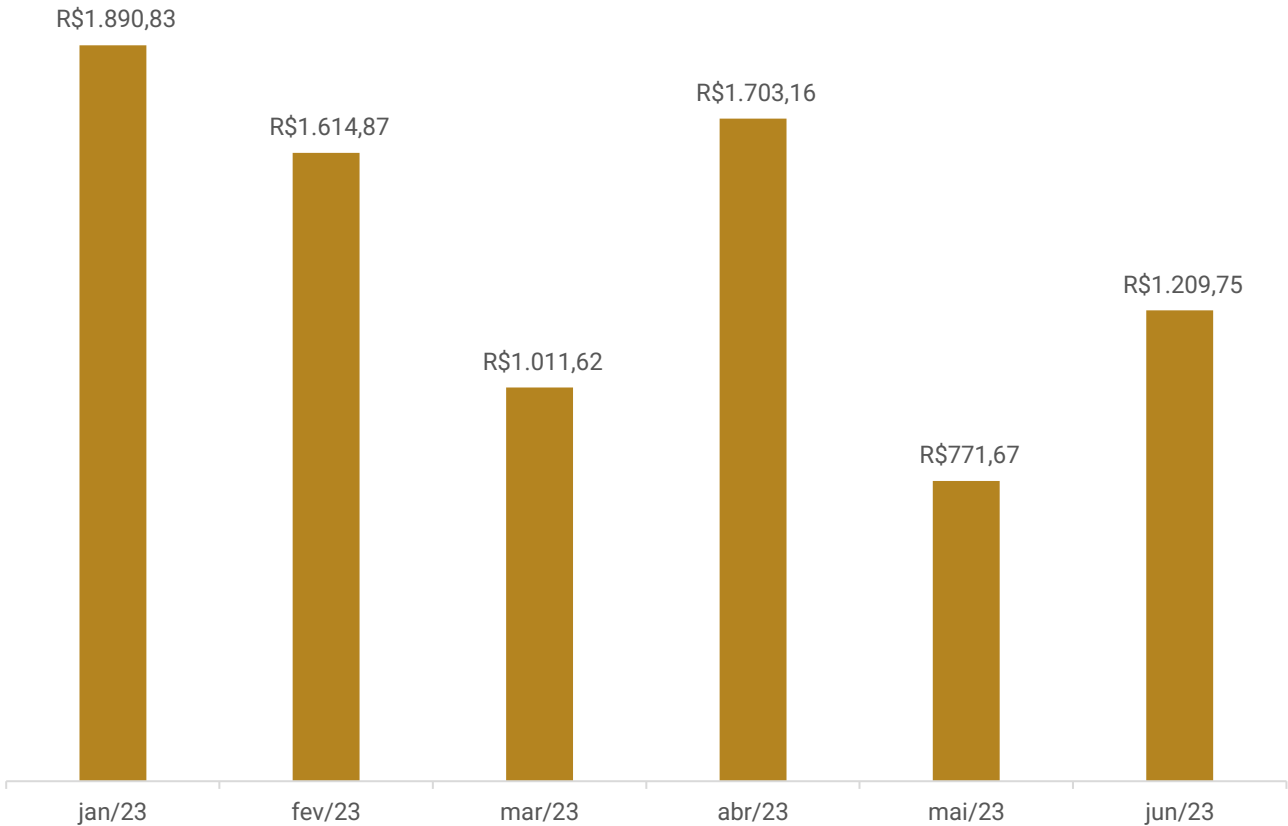
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Clientes	36.643	203.005	175.236
(+) Recebimento por ressarcimento de despesas	315	11	232
(+/-) Adiantamentos a Fornecedores	-21.534	-32.164	-22.090
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-205.979	-298.300	-199.557
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-56.700	-48.694	-175.474
(-) Pagamento a Credores	-17.286	-14.022	-11.956
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais	-5.379	-7.398	-5.353
(-) Pagamento Serviços Profissionais	-25.316	-27.091	-20.841
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-5.757	-7.131	-12.499
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-1.365	-415	-1.004
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados	-391	-396	-396
(-)Pagamento de Fundo de Garantia	-3.185	-2.193	-325
(-)Pagamento de Previdência Social	-	-8.256	-
(-) Pagamento Locações e Alugueis	-1.302	-1.302	-1.320
(-) Pagamento de Tributos Municipais Empresa	-571	-571	-571
(-) Pagamento de Tributos Estaduais Empresa	-6.071	-5.159	-4.426
(-) Pagamento Tributos federais retidos na fonte	-2.714	-5.427	-5.219
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-2.872	-3.924	-9.271
(-) Pagamento Homologação Trabalhista	-29.788	-39.788	-35.968
(-) Pagamento de Parcelamento simplificado	-666	-7.179	-7.325
(-) Pagamento de Parcelamento Estadual	-1.111	-1.118	-1.127
(-) Pagamento de Parcelamento Municipal	-3.767	-3.816	-3.803
(-) Pagamento Funcionários Credores da Recup. Judicial	-81.795	-27.791	-41.224
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	-436.588	-339.120	-384.281
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-468	-327	-408
(-) Pagamento Juros e Multas	-15.797	-34	-34
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais	-452.852	-339.481	-384.723
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(=) Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	453.544	330.892	385.161
(+/-) Recebimento/(pagamento) Venda de imobilizado	-	7.658	-
(=) Caixa Liquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	453.544	338.550	385.161
AUMENTO/(REDUÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	692	-932	438
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.012	1.703	772
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.703	772	1.210

Atividades operacionais: em junho, o caixa operacional foi negativo de R\$ 384,2 mil, principalmente, pelos pagamentos a fornecedores (R\$ 375 mil), amortização de créditos trabalhistas da RJ (R\$ 41,2 mil) e homologações trabalhistas (R\$ 35,9 mil). As entradas foram com recebimento de clientes (R\$ 175,2 mil) e ressarcimento de despesa R\$ (232,12).

Atividades de financiamento: o caixa do mês foi financiado, principalmente, dos aportes cedidos pela BGSE Construções, no valor líquido de R\$ 385,1 mil.

O saldo disponível ao final do período, conforme demonstrações apresentadas, é de R\$ 1.209,75, que confere com as disponibilidades no balanço patrimonial.

Evolução dos valores em caixa R\$



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL BGSE



BALANÇO PATRIMONIAL Analítico		abr/23	mai/23	jun/23	
ATIVO	CIRCULANTE	17.969.350	25.998.399	25.865.937	
	Disponível	154.687	298.599	1.071.687	
	Aplicação Financeira	522.748	1.702.260	719.892	
	Serviços a faturar	15.604.846	10.414.184	10.354.102	
	Adiantamentos a terceiros	1.094.327	1.347.223	1.603.010	
	Demais contas e valores a receber	585.624	12.229.603	12.111.286	
	Despesas do exercício seguinte	7.118	6.530	5.961	
	NÃO CIRCULANTE	22.513.916	8.340.788	8.075.406	
	Partes relacionadas	13.907.745	-	-	
	Investimentos	300.000	300.000	300.000	
	Imobilizado	8.306.171	8.040.788	7.775.406	
TOTAL DO ATIVO		40.483.266	34.339.187	33.941.343	
BALANÇO PATRIMONIAL		abr/23	mai/23	jun/23	
PASSIVO	CIRCULANTE	16.310.429	14.744.539	12.634.760	
	Fornecedores	8.999.061	7.463.661	8.480.307	
	Obrigações sociais e trabalhistas	215.250	186.302	247.001	
	Obrigações fiscais	1.617.436	1.580.075	1.682.983	
	Provisões	307.160	307.160	574.185	
	Demais contas a pagar	611.692	608.927	606.541	
	Parcelamentos	4.559.831	4.598.415	1.043.742	
	NÃO CIRCULANTE	-	966.119	3.667.865	
	Partes relacionadas	-	966.119	155.939	
	Parcelamentos impostos	-	-	3.511.926	
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.172.837	18.628.529	17.638.718
	Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000	
	Lucros ou Prejuízos acumulados	4.132.899	-	-	
	Resultado do exercício em curso	5.029.938	3.618.529	2.628.718	
TOTAL DO PASSIVO		40.483.266	34.339.187	33.941.343	

Disponível: contempla valores em espécie (R\$ 314,38) e bancos conta movimento (R\$ 1 milhão), os quais os extratos atestam os saldos contabilizados. O acréscimo expressivo de 259%, foi motivado pelo aumento de saldo no banco Copesa. O relatório razão, aponta como principais movimentações, as operações de mútuo com a CBG, recebimentos do DAER, pagamento a fornecedores e sub empreiteiros.

Aplicação financeira: o decréscimo de 58%, se deu pela retração de saldo com aplicação do Banco Credisis, devido aos resgates do mês. No entanto, os extratos que comprovem os saldos, não foram enviados.

Serviços a faturar: a retração de 1%, foi resultante dos serviços faturados para o DAER. A rubrica é composta, unicamente, de saldos a faturar de medições do DAER (R\$ 10,3 milhões).

Adiantamento a Terceiros: compreende saldo de adiantamentos a fornecedores. Os novos adiantamentos do mês somaram R\$ 571,7 mil, enquanto as baixas foram de R\$ 315,9 mil, justificando o acréscimo de 19%. Os principais adiantamentos foram realizados para Avensi Construtora (R\$ 546,5 mil), JP Santa Lúcia (R\$ 11,1 mil) e Clairton Valentim (R\$ 4,3 mil). Salienta-se que não foi disponibilizado o relatório de adiantamentos. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado.

Demais contas e valores a receber: engloba, impostos a recuperar (R\$ 595 mil) que motivou a redução de 1% no mês, devido aos impostos compensados; e Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (R\$ 11,5 milhões). A Recuperanda explicou que a quantia da Prefeitura de Cachoeirinha, está em cobrança com os advogados e se tratam de obras que foram feitas no governo anterior, o qual o prefeito foi afastado. Nessa situação a CBG ganhou um leilão, em troca da dívida e a prefeitura anulou. Estão aguardando recebimento em espécie, sem data prevista.

Partes Relacionadas: compreendia aportes concedidos para a CBG. No entanto, houve retificações nos demonstrativos e o saldo de R\$ 13,9 milhões que contemplava em abril, foi zerado. Em retorno aos questionamentos da CBG, foi explicado que a CBG transferiu o crédito da P.M. de Cachoeirinha e deu o recebimento dos resultados de exercícios anteriores, para amortizar o débito em contrapartida.

Investimentos: contempla contratos de empreitadas (R\$ 300 mil) referente a capitalização realizada na constituição da BGSE, dos contratos do DAER que estão em atividade.

Imobilizado: o decréscimo de 3%, se deu pela depreciação mensal de R\$ 265,3 mil.

BALANÇO PATRIMONIAL Analítico		abr/23	mai/23	jun/23	
ATIVO	CIRCULANTE	17.969.350	25.998.399	25.865.937	
	Disponível	154.687	298.599	1.071.687	
	Aplicação Financeira	522.748	1.702.260	719.892	
	Serviços a faturar	15.604.846	10.414.184	10.354.102	
	Adiantamentos a terceiros	1.094.327	1.347.223	1.603.010	
	Demais contas e valores a receber	585.624	12.229.603	12.111.286	
	Despesas do exercício seguinte	7.118	6.530	5.961	
	NÃO CIRCULANTE	22.513.916	8.340.788	8.075.406	
	Partes relacionadas	13.907.745	-	-	
	Investimentos	300.000	300.000	300.000	
	Imobilizado	8.306.171	8.040.788	7.775.406	
TOTAL DO ATIVO		40.483.266	34.339.187	33.941.343	
BALANÇO PATRIMONIAL		abr/23	mai/23	jun/23	
PASSIVO	CIRCULANTE	16.310.429	14.744.539	12.634.760	
	Fornecedores	8.999.061	7.463.661	8.480.307	
	Obrigações sociais e trabalhistas	215.250	186.302	247.001	
	Obrigações fiscais	1.617.436	1.580.075	1.682.983	
	Provisões	307.160	307.160	574.185	
	Demais contas a pagar	611.692	608.927	606.541	
	Parcelamentos	4.559.831	4.598.415	1.043.742	
	NÃO CIRCULANTE	-	966.119	3.667.865	
	Partes relacionadas	-	966.119	155.939	
	Parcelamentos impostos	-	-	3.511.926	
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.172.837	18.628.529	17.638.718
	Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000	
	Lucros ou Prejuízos acumulados	4.132.899	-	-	
	Resultado do exercício em curso	5.029.938	3.618.529	2.628.718	
TOTAL DO PASSIVO		40.483.266	34.339.187	33.941.343	

Fornecedores: compreende fornecedores (R\$ 1,5 milhão), sub empreiteiros (R\$ 6,6 milhões) e retenções contratuais (R\$ 315,9 mil). Os fornecimentos e serviços prestados por sub empreiteiros a prazo, geraram um acréscimo de 14%. Em meio aos principais fornecimentos do mês, que motivaram a variação, estão Della Pasqua Engenharia (R\$ 1 milhão), Avensi Engenharia (R\$ 1,8 milhão) e Coqueiro Comercio (R\$ 236,1 mil). Os contratos da Della Pasqua relatam que os serviços contratados são de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos para serviços a serem realizados em Tupanciretã e Ivorá, a um valor total estimado de R\$ 41,4 milhões. O contrato de Avensi Construtora, traz como objeto os mesmos serviços e materiais, contudo, parcial, do trecho de Ivorá que totaliza o valor estimado de R\$ 15,8 milhões. O relatório financeiro, de controle interno da empresa, não foi encaminhado. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado

Obrigações Sociais e Trabalhistas: o aumento de 33% da rubrica, se deu, principalmente, pelas provisões do mês e inadimplência do INSS. Os principais saldos são de provisões (R\$ 159,9 mil), INSS (R\$ 69,4 mil) e salários (R\$ 11,4 mil). Os salários e FGTS foram pagos.

Obrigações fiscais: compreende, principalmente, COFINS (R\$ 662,1 mil), impostos sobre serviços (R\$ 468,8 mil) e obrigações fiscais sobre faturamento diferido (R\$ 377,9 mil). O período exibiu acréscimo de 7%, em sua maioria, pela inadimplência tributária. Destaca-se que os pagamentos do mês foram, principalmente, por compensações.

Provisões: o aumento de 87%, foi resultante das provisões dos impostos sobre o lucro trimestral, sendo provisão de R\$ 115,5 mil de IRPJ e R\$ 151,5 mil de CSLL. Destaca-se que houve compensação de IRPJ no valor de R\$ 163,1 mil.

Parcelamentos: o período expôs decréscimo expressivo de 77% no curto prazo, referente a transferência de parte do saldo para o longo prazo. No entanto, não houve informação ou confirmação sobre adesão de novos parcelamentos.

Partes relacionadas: após retificações, foi incluído o saldo de R\$ 966,1 mil em maio. Conforme explicação, na amortização do crédito de partes relacionadas com a CBG, o valor ofertado foi superior ao saldo do mês de maio, o que gerou um crédito para a CBG, e no mês de junho este valor foi compensado no saldo devedor de partes relacionadas. O mês de junho exibiu decréscimo de 84% referente aos pagamentos de mútuo direcionados para a CBG.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DRE BGSE



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	abr/23	mai/23	jun/23	2023
Receita Bruta	7.811.050	2.951.775	2.859.589	37.824.201
Deduções sobre vendas	-519.232	-182.996	-190.163	-2.459.543
RECEITA LÍQUIDA	7.291.818	2.768.779	2.669.426	35.364.657
CUSTOS	-6.381.806	-3.940.661	-2.988.804	-29.050.150
CUSTOS DIRETOS	-6.353.982	-3.785.460	-2.969.709	-28.634.970
Materiais diretos	-1.223.002	-1.239.698	-279.593	-4.433.306
Mão de obra direta	-26.566	-23.367	-18.641	-122.201
Serviços empreitados	-4.062.574	-1.441.559	-2.100.617	-18.532.215
Equipamentos de produção	-1.041.840	-1.038.068	-570.858	-5.504.479
Outros custos diretos	-	-42.768	-	-42.768
CUSTOS INDIRETOS	-27.825	-155.201	-19.094	-415.180
Material indireto	-1.712	-3.738	-1.356	-116.479
Outros custos indiretos	-26.113	-151.463	-17.738	-298.701
LUCRO BRUTO	910.012	-1.171.881	-319.377	6.314.507
DESPESAS	-933.032	-239.527	-670.433	-3.685.789
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-224.047	-237.340	-232.035	-1.319.921
Despesas com pessoal	-93.708	-70.346	-113.877	-519.350
Ocupação, comunicação e energia	-10.234	-9.956	-9.116	-58.090
Serviços de terceiros	-83.602	-115.190	-80.659	-520.289
Despesas c/ veículos adm.	-10.309	-7.435	-7.557	-65.288
Viagens e representações	-	-156	-81	-1.117
Outras despesas	-14.537	-28.186	-14.045	-101.417
Despesas não dedutíveis	-11.656	-6.071	-6.700	-54.369
EVENTOS FINANCEIROS	-421.872	-1.394	-7.103	-507.612
Despesas financeiras	-423.141	-37.362	-11.667	-581.299
Receitas financeiras	1.269	35.968	4.564	73.686
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-1.393	-792	-1.099	-8.370
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	-285.720	-2	7	-670.076
Imposto de Renda e Contribu. Social S/L	-	-	-430.204	-1.179.809
RESULTADO	-23.021	-1.411.409	-989.811	2.628.718

Receita Bruta: a receita exibiu decréscimo de 3%, devido ao menor volume de medições de obras com o DAER. As variações da receita em obras de construção civil verificados, não implicam em novos contratos e sim em medições de trabalho executados, que é a base do faturamento. As obras em andamento são de Ivorá e Tupanciretã.

Deduções sobre vendas: compreende unicamente, impostos sobre faturamento (R\$ 190,1 mil), que foi proporcional a variação da receita.

Custos: os custos exibiram decréscimo de 24%, em sua maior parte, pelos materiais diretos, equipamentos de produção e outros custos indiretos. Contempla, principalmente, Sub- Empreiteiros (R\$ 2,1 milhões), equipamentos de produção (R\$ 570,8 mil) e materiais direto (R\$ 279,5 mil). Os custos variaram de maneira desproporcional a receita, o que embora questionado, não foi explicado. Os serviços empreitados foram de Della Pasqua (R\$ 649,8 mil) e Avensi Construtora (R\$ 1,4 milhão). Destaca-se que os custos de junho representam 112% sobre a receita líquida, demonstrando que o custo não está de acordo com o faturamento. Em retorno aos questionamentos, a empresa informou que não tem correlação entre o que é medido pelo DAER e a contratação de subempreiteiros, causando as oscilações.

Despesas Gerais Administrativas: compreende, em sua maioria, despesa com pessoal (R\$ 113,8 mil), serviço de terceiros (R\$ 80,6 mil) e refeições (R\$ 11,1 mil). O mês apresentou retração de 2%, principalmente, pelos desembolsos com serviços de terceiros e impostos e taxas pagos no mês anterior. Dentre os principais serviços prestados por terceiros estão Softcont Serviços (R\$ 15,6 mil); Glh Controle, Planejamento e Estratégia (R\$ 13,4 mil); e Schwambach Consultoria (R\$ 12,7 mil).

Resultado Financeiro: o resultado financeiro foi negativo de R\$ 7.102,87, resultante de juros de mora (R\$ 8,3 mil) e despesas bancárias (R\$ 3,3 mil). As receitas do período, foram com rendimento de aplicação financeira (R\$ 4,4 mil), descontos obtidos (R\$ 104,38) e juros recebido (R\$ 0,04). Salienta-se que os juros de mora são decorrentes de atrasos com fornecedores e tributos.

Despesa tributária: compreende, em sua maioria, taxas de R\$ 986,26 referente ao CREA-RS (R\$ 792,01), licitações e taxas bancárias (R\$ 181,75) e despesas administrativas (R\$ 12,50). Além disso, houve despesa com IPTU de R\$ 112,66.

Resultado: o período expôs prejuízo de R\$ 989.810,78, visto que os custos expressivos, despesas da operação e impostos calculados sobre o lucro trimestral, superaram as receitas. O ano de 2023 acumula resultados positivos de R\$ 2.628.718,31.



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

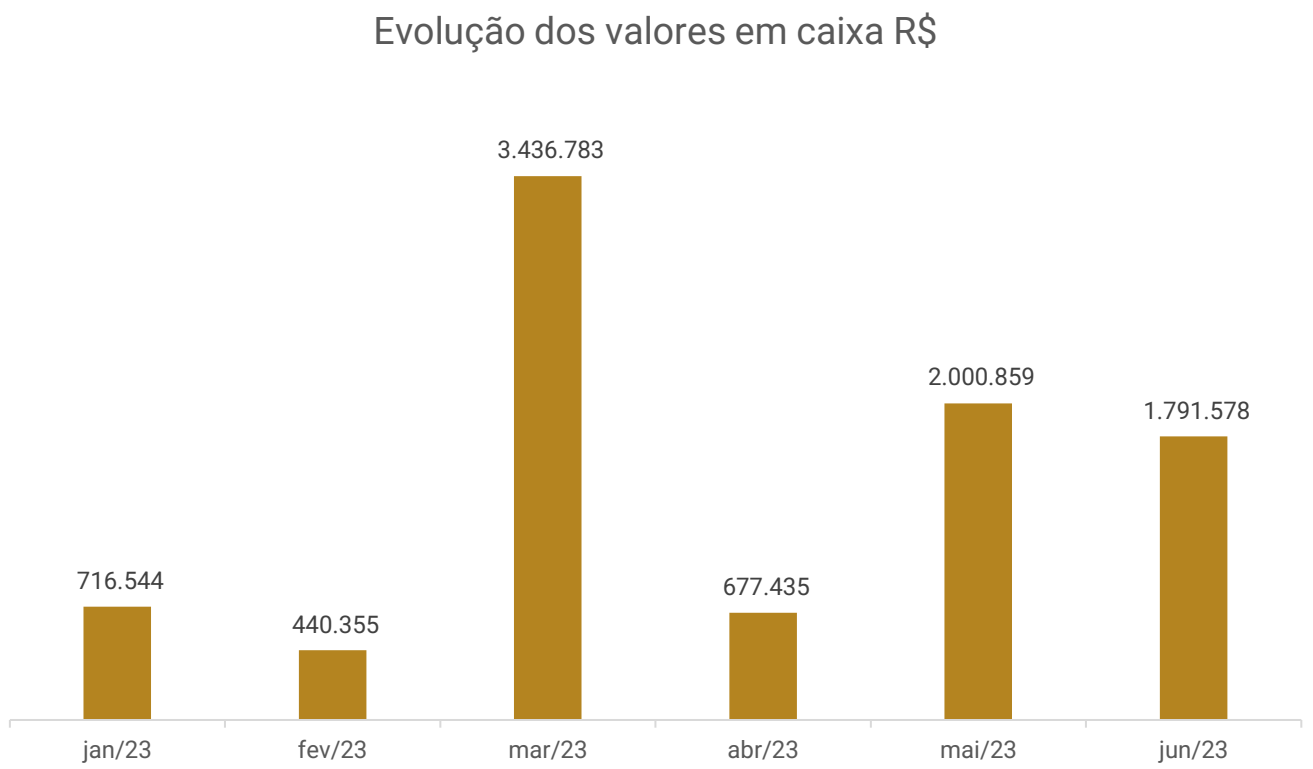
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
	abr/23	mai/23	jun/23
(+) Recebimento de Clientes	- 7.795.504	2.788.223	
(+) Recebimento por Ressarcimento de Despesas	5	- 13	
(+/-) Recebimento/(pagamento) Adiantamentos a Fornecedores	-112.613	-327.570	-558.740
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-1.415.312	-5.155.437	-1.450.573
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-19.835	-64.384	-26.165
(-) Pagamento a Credores	-	-1.193	-2.386
(-) Pagamento de Adiantamentos Empregados	-730	-	-
(-) Pagamento Serviços Profissionais	-13.902	-9.336	-4.896
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-57.538	-63.993	-45.800
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-10.570	-15.792	-14.532
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados	-	-	-6.377
(-) Pagamento Fundo de Garantia	-3.738	-4.284	-3.982
(-) Pagamentos Locações e Aluguéis	-9.934	-11.143	-10.653
(-) Pagamento Contribuições a Entidades de Classe	-1.400	-1.400	-1.400
(-) Pagamento tributos Municipais	-22.152	-21.340	-8.855
(-) Pagamento de Tributos Federais Empresa	-6.872	-7.068	-
(-) Pagamento Tributos Federais Retidos na Fonte	-595	-2.245	-595
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-1.641	-984	-1.426
(-) Pagamento Parcelamento PGFN	-	-1.650	-
(-) Pagamento Parcelamento Simplificado (Impostos e Previdência e FGTS)	-74.260	-7.061	-42.747
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	-1.751.087	2.100.624	609.109
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-1.468	-1.789	-3.346
(-) Pagamento Juros e Multas	48	-27.960	-8.321
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. após os Enc. Financeiros	-1.752.508	2.070.875	597.442
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(-) Recebimento Líquidos Aplicações Financeiras	-	27.829	3.456
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	-	27.829	3.456
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	-1.006.841	-775.280	-810.179
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	-1.006.841	-775.280	-810.179
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3.436.783	677.435	2.000.859
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	677.435	2.000.859	1.791.578

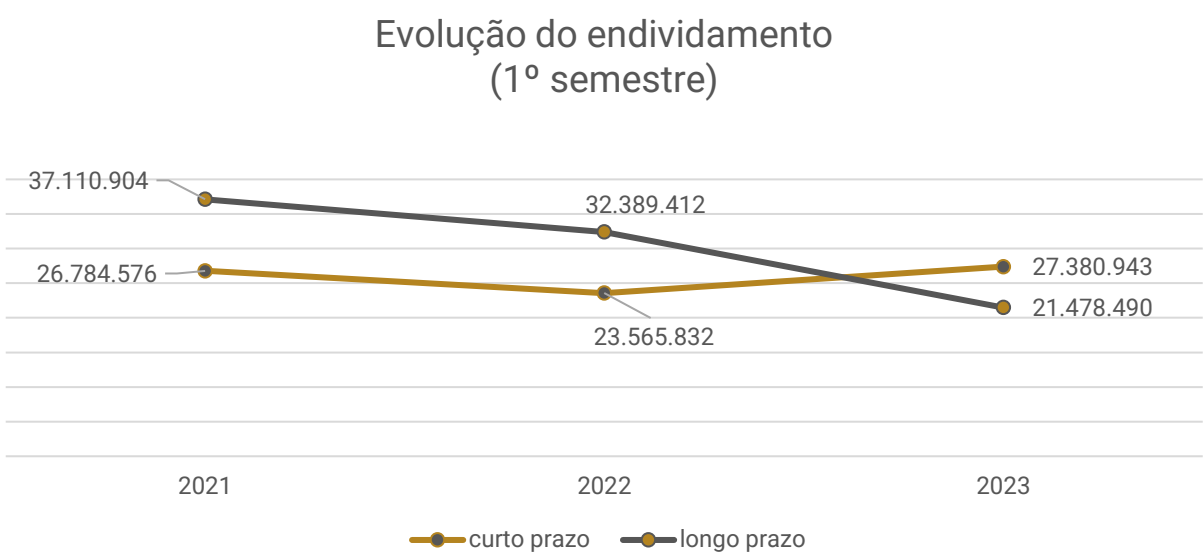
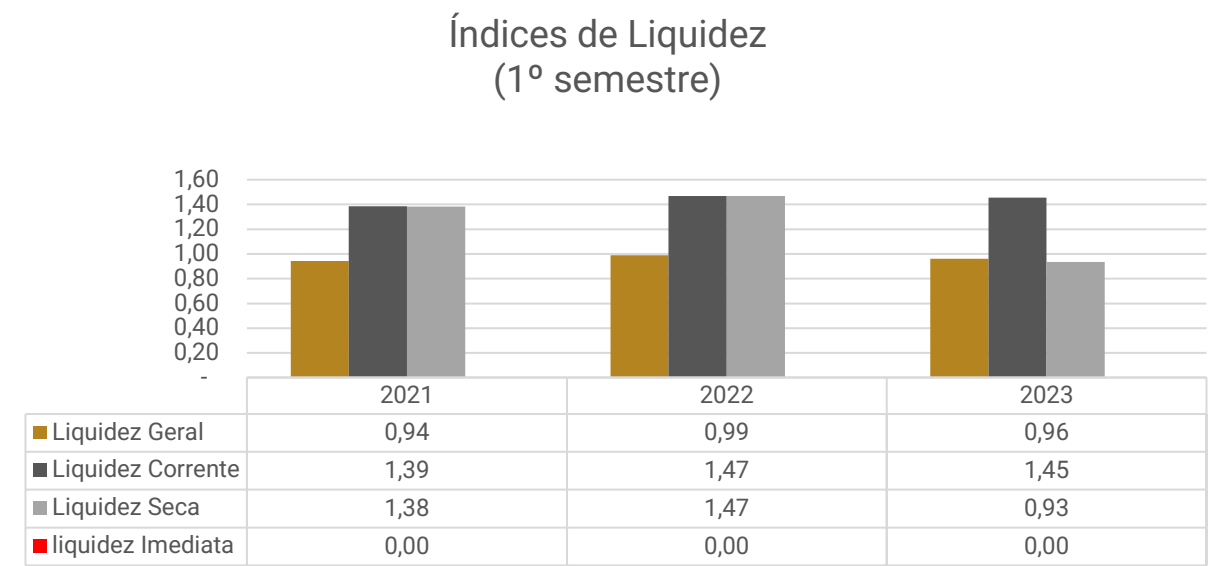
Atividade Operacional: o caixa operacional de junho foi positivo de R\$ 597,4 mil, motivado pelos recebimentos de clientes (R\$ 2,7 milhões). As principais saídas foram com pagamentos a fornecedores (R\$ 1,4 milhão), adiantamento a fornecedores (R\$ 558,7 mil) e remuneração a empregados (R\$ 45,8 mil).

Atividade de investimentos: engloba recebimentos líquidos de aplicações financeiras, que em junho foi de R\$ 3,4 mil.

Atividade de financiamento: compreende as transações de mútuo entre as partes relacionadas, de valores concedidos para a CBG no total líquido de R\$ 810,1 mil no período.

O caixa líquido no final de junho, foi de R\$ 1.791.578,29, que confere com o saldo das disponibilidades no ativo.



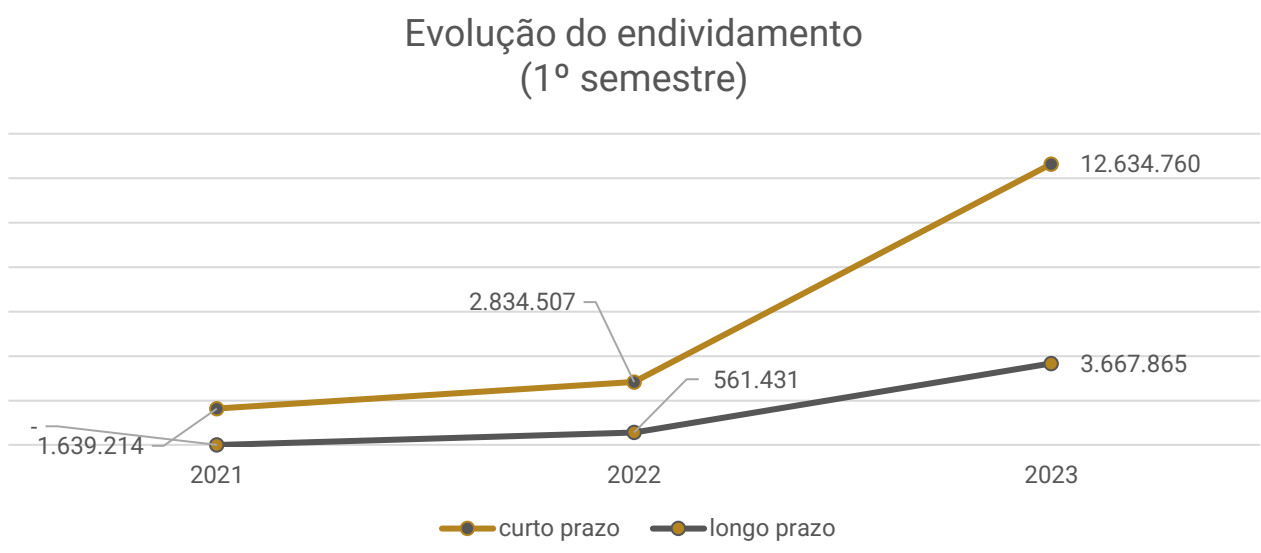
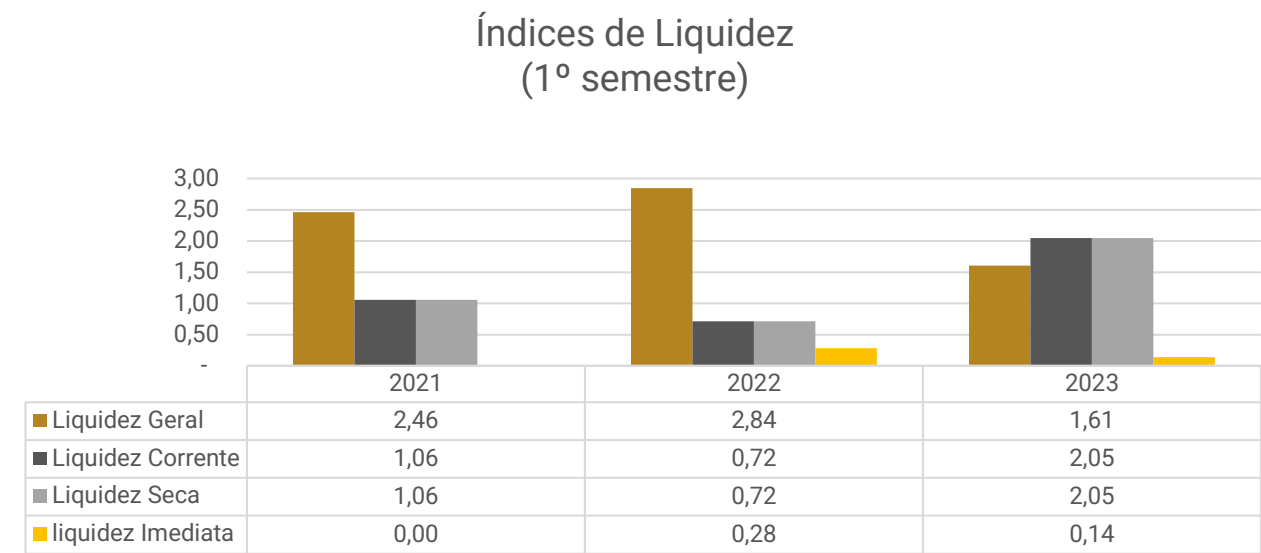


Os índices de liquidez evidenciam a capacidade de pagamento da empresa frente as suas obrigações, sendo considerado satisfatório resultados superiores a 1.

O único índice superior a 1 no primeiro semestre de 2023, foi o de de liquidez corrente, indicando que há capacidade de pagamento das dívidas a curto prazo, considerando os montantes do ativo circulante. No entanto, o restante dos índices foram inferiores a 1, demonstrando que a companhia, em sua maioria, não tem capacidade de honrar com as dívidas a curto e longo prazo.

O endividamento com terceiros a curto prazo aumentou 16% no primeiro semestre de 2023, devido, especialmente, as obrigações sociais e trabalhistas, tributárias e demais contas a pagar. No longo prazo, houve decréscimo de 34%, motivado pela redução de dívidas com partes relacionadas.

Sendo assim, o endividamento total reduziu aproximadamente 13%.



Os índices de liquidez evidenciam a capacidade de pagamento da empresa frente as suas obrigações, sendo considerado satisfatório resultados superiores a 1.

No primeiro semestre de 2023, os índices foram superiores 1, com exceção da liquidez imediata que calcula a capacidade de pagamento das obrigações a curto prazo, com as disponibilidades. Ademais, houve retração da liquidez geral, quando comparado ao mesmo período de 2022. Porém, ainda mostra capacidade de pagamento das dívidas a curto e longo prazo, com os montantes do ativo circulante e do realizável a longo prazo.

O endividamento com terceiros apresentou acréscimos expressivos de R\$ 9,8 milhões no curto prazo e de R\$ 3,1 milhões no longo prazo, devido, em sua maioria, às dívidas com fornecedores, obrigações fiscais e parcelamentos tributários.

Em 2023, o endividamento total aumentou R\$ 12,9 milhões.

4. ENDIVIDAMENTO EXTRACONCURSAL – DÍVIDA TRIBUTÁRIA

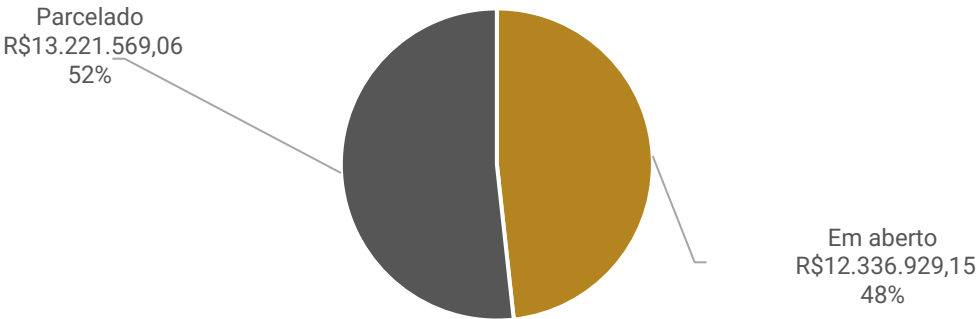


A Companhia não apresenta regularidade fiscal, visto que não realiza o pagamento integral dos tributos. A dívida tributária da Construtora Brasília Guaíba, atualizada até junho de 2023, é de **R\$ 25.558.498,21**. No período analisado, houve adesão de parcelamento junto a PGFN. Conforme documento enviado, houve a negociação de parte do saldo devedor com juros de R\$ 340.650,68, em 120 prestações. O valor da entrada de R\$ 3.755,80 foi pago em 30/06/2023. Em dezembro/2022, houve novos parcelamentos junto a Fazenda Estadual, de débitos de IPVA, multas e ICMS em até 180 parcelas. Quando solicitado os relatórios atualizados das receitas federal, estadual e municipal, referente aos tributos em aberto, a Recuperanda enviou apenas os comprovantes de parcelamentos realizados de IPTU em 2020 e Estadual que foi negociado em dezembro/2022.

Posição do Passivo Fiscal



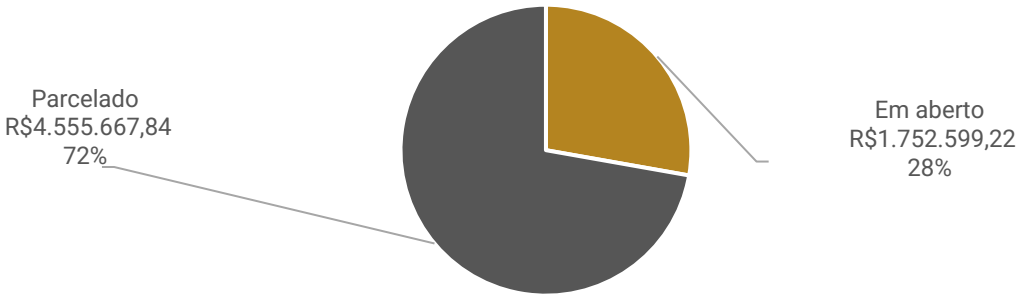
Posição do passivo tributário CBG



O passivo tributário da BGSE, ao final de junho/2023, era de **R\$ 6.308.267,06**. Em março/2023, houve parcelamento do INSS correspondente a janeiro/2023. O valor de R\$ 27.300,99, foi parcelado em 54 vezes. Quanto aos tributos parcelados em abril/2023, junto a Receita Federal, houve a negociação do montante de R\$ 2,2 milhões, em 60 vezes de R\$ 37,8 mil, referente ao saldo parcial de impostos federais. Além disso, também foi negociada a dívida de R\$ 20,7 mil, em 06 parcelas de R\$ 207,09 e 54 parcelas de R\$ 360,49, de PIS e COFINS. Em maio/2023, embora questionada, diante das movimentações apresentadas nas demonstrações contábeis, a empresa não informou se houve novo parcelamento de INSS, tampouco enviou a documentação pertinente Segue passivo tributário em aberto, conforme balancete:

PASSIVO TRIBUTÁRIO	
IMPOSTO	VALOR EM ABERTO
INSS a recolher	69.482,28
FGTS a recolher	1.507,66
ISSQN a recolher	468.834,75
PIS a recolher	147.308,01
COFINS a recolher	662.157,50
IRRF S/ trab. Assalariado a recolher	15.564,91
IRRF (demais IRRF) a recolher	9.819,35
COFINS s/ faturamento diferido	310.623,12
PIS s/ faturamento diferido	67.301,64
Parcelamento Simplificado Impostos	4.283.914,19
Parcelamento PGFN	271.753,65
TOTAL	6.308.267,06

Posição do passivo tributário BGSE



Segue abaixo última posição repassada pela empresa:

Banco Bradesco: a CBG informou que está negociando 6 lotes da matrícula 2216 em Portão, e depende da individualização para fechamento da operação (aguardando a dispensa da certidão de tributos por parte do juiz para o RI de Portão emitir as novas matrículas).

Banco Fibra: a empresa informou em seus esclarecimentos que, receberam as matrículas 17.779 e 17.784 da individualização, e encaminharam ao banco para avaliação e seguimento na negociação da liquidação do saldo da garantia real.

Banco do Brasil: de acordo com a Recuperanda, os contratos de Finame com garantia de equipamentos foram executados por penhora em contas bancárias, desprezando a alienação dos bens. A empresa ingressou com ação judicial contra a extraconcursalidade dos contratos de Finame, pois o banco dispensou a garantia na ação de cobrança, e aguarda sentença do juiz.

Banco BIC: segundo a Recuperanda, com a rescisão unilateral do contrato do DNIT, que era a garantia do contrato firmado com Banco BIC, os valores deverão ser classificados como quirografários, devendo ser liquidados com a cessão de recebíveis, conforme prevê o Plano da RJ. A empresa apresentou manifestação nesse sentido diretamente à Administração Judicial, ao Banco BIC e também nos autos da recuperação judicial. No entanto, por se tratar de crédito bancário cuja sujeição ao PRJ depende de análise mais aprofundada, esta Administração orientou a Recuperanda a promover o competente pedido de retificação do quadro geral de credores, a fim de viabilizar a correta verificação do caso e possibilitar o contraditório pela instituição bancária. Ainda, nos próprios autos do processo, entendeu ser inviável o atendimento da pretensão da empresa sem eventual desconstituição dos termos do acordo, o que deveria ser discutido por ação própria. O Juízo determinou a intimação da Recuperanda para ciência e providências, não tendo deliberado sobre o mérito do pedido.

Banco Átria: o banco já adjudicou o terreno que estava alienado na confissão de dívida, portanto, está quitado.

CREDOR	CNPJ / CPF	VALOR R\$
BANCO BRADESCO S/A	60.746.948/0001-12	1.574.004,17
BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/0001-91	3.340.902,23
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL - BICBANCO S/A	07.450.604/0001-89	8.124.741,32
BANCO ATRIA S/A	05.956.581/0001-53	950.000,00
VALOR TOTAL		13.989.647,72



Prestação de Contas

Abaixo segue resumo dos pagamentos de créditos concursais realizados pela Recuperanda. Registra-se que a prestação de contas detalhada referente ao cumprimento das obrigações do PRJ está em incidente específico, conforme determinações da Lei 11.101/2005, e em nosso site: www.administradorjudicial.adv.br.

CONDIÇÕES DO PLANO				ATUALIZAÇÃO EM JUNHO/2023				OBSERVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	VALOR A PAGAR	PAGO	EM ATRASO	A VENCER	
Art. 83, VIII	-	-	-	1.273.874,06			1.273.874,06	O saldo em aberto, se refere ao valor arrolado em favor do sócio André Loiferman.
Classe I - Trabalhista	Créditos de até R\$ 70 mil líquidos	nov/17	nov/18	6.104.800,93	4.548.958,65	1.631.595,93		-
	Créditos de até R\$ 70 mil ilíquidos	-	-	640.338,45	526.984,55		177.995,65	Os pagamentos referem-se aos credores com data incorreta na certidão, mas que foram pagos pela CBG.
	Créditos acima de R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	12.027.980,40	4.593.829,14	7.434.151,26		A empresa encaminhou os termos de cessão e quitação antecipada de 14 credores trabalhistas, contudo, considerando que o plano de loteamento não foi finalizado, esta Administração Judicial entende pertinente ter como quitados os créditos somente após a cessão definitiva.
Classe II - Garantia Real	Aplicável a todos	-	-	9.118.235,98		9.118.235,98		Ainda não houve formalização da dação em pagamento das respectivas garantias.
Classe III - Quirografários	Credores Operacionais de Pequeno Crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	542.723,49	423.120,82	156.702,72		A Recuperanda realizou a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros. A atualização foi paga, parcialmente, em junho/2022.
	Credores Financeiros Parceiros	nov/17	nov/37	42.262.034,67		2.718.666,67	39.543.368,00	O valor em atraso contempla 55 parcelas em atraso relativo ao credor Banrisul S/A.
	Credores Financeiros de Grande Valor	-	-	60.092.487,51	60.092.487,51			A Recuperanda emitiu a notificação de cessão de créditos oriundos da ação judicial do DNIT e alienação das UPI's, conforme prevê o Plano, portanto, os credores notificados foram considerados como pagos. Contudo, aguarda-se o leilão das UPIs nos autos processuais para então serem perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na ação judicial do DNIT e quando, finalmente, serão considerados quitados.
	Credores Financeiros Ordinários	-	-	4.295.573,77	4.295.573,77			
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	37.159.299,97	37.157.406,23	1.893,74		
	Credores Operacionais Colaborativos	-	-	4.364.585,98	4.364.585,98			
Classe IV - ME e EPP	Credores Operacionais de Pequeno crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	256.767,39	210.619,06	91.482,67	1.461,02	A Recuperanda está realizando a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros, mas irá proceder com os cálculos de encargos e posterior pagamento da diferença. Assim, o valor em atraso contempla 58 parcelas de credores que não foram pagos e a correção monetária de todos os créditos.
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	7.269.107,83	7.269.107,83			A Recuperanda emitiu a notificação de cessão fiduciária de direitos creditórios a todos os credores, de acordo com comprovações enviadas à Administradora Judicial. Contudo, aguarda-se o leilão das UPIs nos autos processuais para então serem perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na ação judicial do DNIT e quando, finalmente, serão considerados quitados.
TOTAL				185.407.810,43	123.482.673,54	21.152.728,96	40.996.698,74	



ANEXOS

I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE JUNHO/2023



medeiros²
administração judicial



 **0800 150 1111**

 **+55 51 99871-1170**

PORTO ALEGRE

Av. Dr. Nilo Peçanha, 2900 - 701
RS – CEP 91330-001

NOVO HAMBURGO

R. Júlio de Castilhos, 679, Salas 111 e 112
RS – CEP 93.510-130

CAXIAS DO SUL

Av. Itália, 482/501, Ed. Domênica Verdi
RS – CEP 95010-040

BLUMENAU

R. Dr. Artur Balsini, 107, BBC Blumenau
SC – CEP 89036-240

SÃO PAULO

Av. Brig. Faria Lima, 4221, 1º andar
SP – CEP 04538-133

RIO DE JANEIRO

Rua da Quitanda, 86, 2º andar
RJ – CEP 20091-005

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE JUNHO



ATIVO

CIRCULANTE

	06-2023	12/2022
Disponível	1.071.686,79	4.008,44
Aplicações Financeiras	719.891,50	706.607,50
Contas a Receber	-	5.536.730,06
Serviços a Faturar	10.354.102,16	
Adiantamento a Terceiros	1.603.009,92	1.012.917,30
Demais Valores a Receber	12.111.285,72	489.844,16
Despesas do Exercício Seguinte	5.961,13	
Total do ativo circulante	25.865.937,22	7.750.107,46

NÃO CIRCULANTE

Realizável a longo prazo

Deposito Judiciais	-	
Partes Relacionadas	-	11.050.198,66
Invetimentos	300.000,00	300.000,00
Imobilizado	7.775.405,84	9.194.222,80
Total do ativo não circulante	8.075.405,84	20.544.421,46
TOTAL DO ATIVO	33.941.343,06	28.294.528,92

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE JUNHO



PASSIVO

CIRCULANTE

	06-2023	12/2022
Fornecedores	8.480.306,69	5.054.884,86
Obrigações Sociais e Trabalhistas	247.001,17	135.869,29
Obrigações Fiscais	1.682.983,30	800.497,05
Provisões p/ Imp Renda e Contr Social	574.185,18	487.763,51
Parcelamento de Tributos	1.043.741,92	2.449.002,13
Demais Contas a Pagar	606.541,34	607.962,74
Sociedade em Conta de Participação	0,00	(384.350,15)
Total do Passivo circulante	12.634.759,60	9.151.629,43

PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO

Partes Relacionadas	155.939,23	
Parcelamento de Tributos	3.511.925,92	
Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	3.667.865,15	0,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Realizado	15.010.000,00	15.010.000,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	529.189,00
Lucro do Exercício	2.628.718,31	3.603.710,49
Total do patrimônio líquido	17.638.718,31	19.142.899,49

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

33.941.343,06	28.294.528,92
----------------------	----------------------

Handwritten signature

Handwritten signature

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE JUNHO



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	06-2023	12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	37.824.200,68	22.435.486,88
Tributos e deduções de vendas	(2.459.543,22)	(1.917.870,05)
Receita operacional líquida	35.364.657,46	20.517.616,83
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(29.050.150,07)	(12.907.391,25)
LUCRO BRUTO	6.314.507,39	7.610.225,58
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(1.319.921,26)	(2.802.243,17)
Outras receitas (despesas) operacionais	(670.076,04)	12.139,39
Despesas Tributárias	(8.370,44)	(10.263,08)
Receitas financeiras	73.686,09	294,87
Despesas financeiras	(581.298,56)	(529.423,79)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	3.808.527,18	4.280.729,80
Imposto de Renda e Contrib. Social	(1.179.808,87)	(677.019,31)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.628.718,31	3.603.710,49


BGSE Construções Ltda
Andre Loiferman
CPF 354.259.200,59


Sergio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716

CONSTRUTORA BRASILIA GUAIBA LTDA.
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE JUNHO 2023
ATIVO



	06-2023	12-2022
CIRCULANTE		
Disponível	1.048,24	1.140,79
Aplicações financeiras	161,51	
Contas a receber	18.550.063,03	18.681.422,08
Serviços a faturar	3.847.668,10	11.865.891,30
Estoques	36.285,68	36.285,68
Adiantamentos a Terceiros	3.185.389,11	3.134.873,20
Outros Créditos a Receber	-	945.692,89
Total do ativo circulante	25.620.615,67	34.665.305,94
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	2.480.311,84	2.480.311,84
Partes relacionadas	3.847.042,13	2.517.095,28
Investimentos	15.010.000,00	19.142.899,49
Imobilizado	3.091.286,09	3.087.759,44
Total do ativo não circulante	24.428.640,06	27.228.066,05
TOTAL DO ATIVO	50.049.255,73	61.893.371,99

CONSTRUTORA BRÁSILIA GUAIBA LTDA.
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE JUNHO 2023
PASSIVO



	06-2023	12-2022
CIRCULANTE		
Instituições financeiras	3.310.890,46	3.310.890,46
Fornecedores	5.083.564,29	5.240.667,93
Obrigações sociais e trabalhistas	6.402.803,88	6.185.057,45
Provisões Trabalhistas	9.990,93	17.078,67
Obrigações fiscais	3.206.974,36	2.949.925,82
Parcelamentos Simplificado	811.390,77	916.435,24
Parcelamentos Pert	2.523.968,79	2.523.968,79
Parcelamentos Estaduais	427.620,37	434.276,48
Parcelamentos Municipais	39.077,87	61.048,90
Parcelamentos PGFN	63.563,29	28.155,62
Demais contas a pagar	5.501.098,06	5.519.419,71
Total do passivo circulante	27.380.943,07	27.186.925,07
NÃO CIRCULANTE		
Instituições financeiras	2.555.000,59	2.555.000,59
Fornecedores	132.039,73	132.039,73
Obrigações sociais e trabalhistas	600.012,83	561.367,06
Obrigações fiscais	3.269.141,39	3.269.141,39
Parcelamento Impostos PERT	7.917.516,15	7.746.010,81
Parcelamentos Simplificado	838.418,99	838.418,99
Partes relacionadas	6.166.360,59	19.145.206,65
Total do passivo não circulante	21.478.490,27	34.247.185,22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	44.829.350,00	44.829.350,00
Prejuízos acumulados	(45.142.853,41)	(35.045.942,24)
Resultado do Exercício em Curso	1.503.325,80	(9.324.146,06)
Total do patrimônio líquido	1.189.822,39	459.261,70
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO	50.049.255,73	61.893.371,99

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE JUNHO 2023
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO



	06-2023	12-2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.471.605,92	1.805.132,56
Tributos e deduções de vendas	(187.321,39)	(118.380,13)
Receita operacional líquida	4.284.284,53	1.686.752,43
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(1.081.837,91)	(2.218.950,88)
LUCRO BRUTO	3.202.446,62	(532.198,45)
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(1.267.635,55)	(7.640.252,95)
Outras receitas (despesas) operacionais	22.049,72	3.639.479,56
Despesas Tributárias	(28.217,59)	(106.035,33)
RESULTADO ANTES DO MOV.	1.928.643,20	(4.639.007,17)
Receitas financeiras	277.508,28	3.439,02
Despesas financeiras	(702.825,68)	(4.688.577,91)
Resultado antes do imposto de renda e da	1.503.325,80	(9.324.146,06)
Imposto de Renda e Contrib. Social		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.503.325,80	(9.324.146,06)